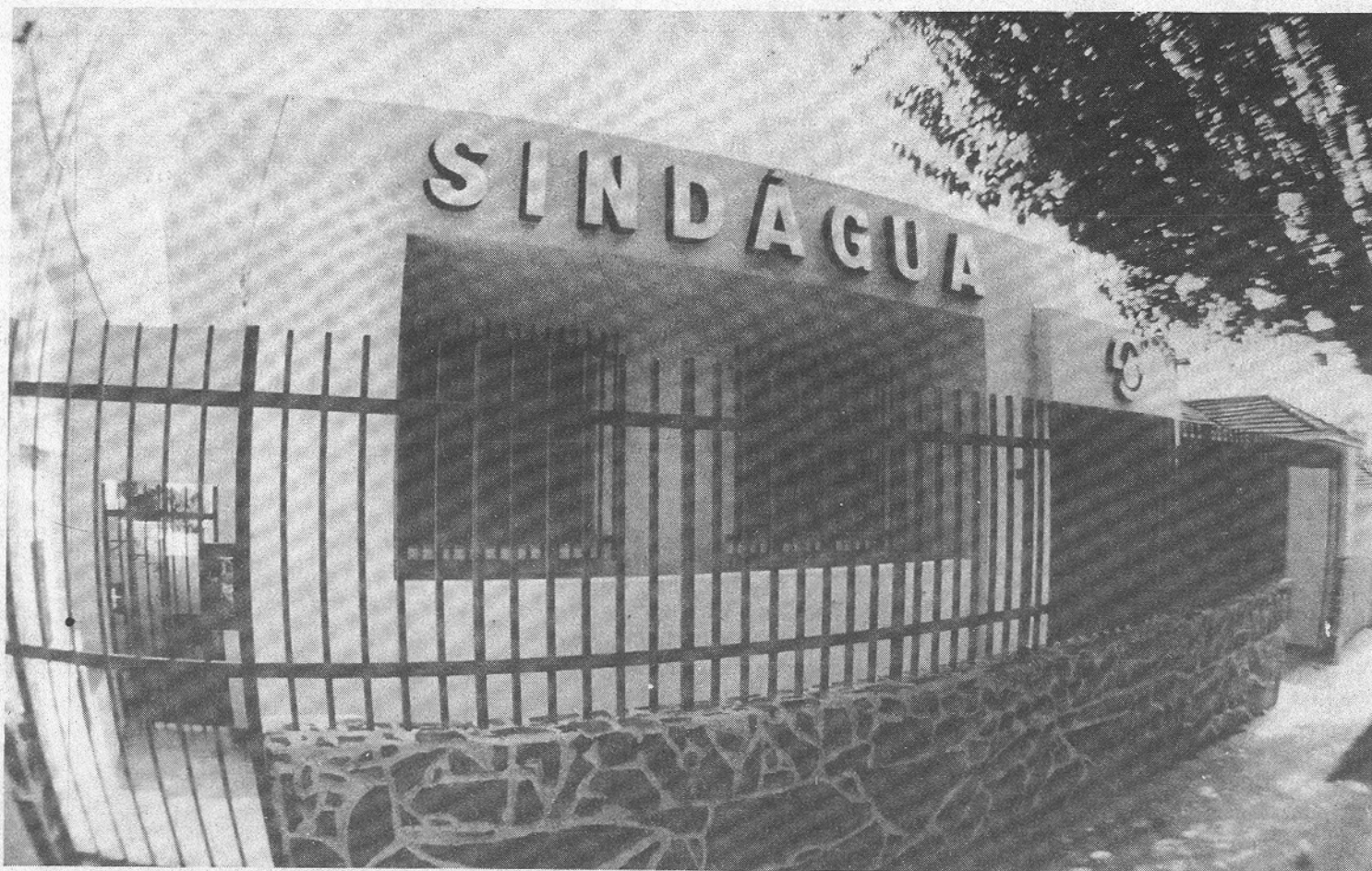


SINDÁGUA/OUTUBRO 91

Nº36

Sindicato dos Trabalhadores
na Indústria de Purificação
e Distribuição de Água em
Serviços de Esgotos
do Estado de Minas Gerais

IMPRESSO



NOVA ESTRUTURA DE TRABALHO

**Copasa pena
sem diretoria**

Página 03.

**Breve, um plano
de saúde para
o trabalhador**

Página 05

**Festa marcou
os dez anos
do sindicato**

Página 08



**Comando
Nacional
busca unidade**

Página 07

SINDÁGUA



SINDÁGUA

EXPEDIENTE

SINDÁGUA - Órgão oficial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais.

DIRETORIA

Presidente: Fernando Antônio Ferreira

Vice-presidente: Carlos J. Nunes da Silva

Secretário: Solon Pereira

Sec. Adjunto: Rogério Matos de Araújo

Financeiro: Ronaldo Resende Pereira

Financ. Adjunto: Renato Rodrigues de Oliveira

DIRETORIA SETORIAL

Jairo Oscar Lois

José Geraldo do Nascimento

Adão Geraldo Silva

Antônio Carlos Vieira

José Rui Mendes

José Barbosa de Souza

Venor B.F. Chaves

Wanderley M. da Silva

Sebastião W. Barbosa

Roberto de O. Passos

Flávio Luiz de Souza

Paulo Roberto Bispo

Ricardo B. Pereira

Paulo M. de Souza

Terezinha A. de Araújo

José C. de Medeiros

Carlos Alberto Faria

Adão Emídio Machado

Janio Guedes Otoni

Juarez Eduardo de Souza

Carlos Antônio Dias

Orlando da Silva

Marco Aurélio Trindade

Sumário Geraldo Tavares

Luiz Carmo

Antônio Hudson de A.

Geraldo de Helvécio de C.B.

Nilde Soares Smith

Robson Bicalho de Almeida

Helvécio Lopes de Macedo

CONSELHO FISCAL

Vanda Esther

Carlos Wagner Alvarenga

Dilermano H. de Azevedo

Sérgio Elias Morão

Pedro José Braz Filho

Lygia Siebler Garcia

REPRESENTANTES NA FEDERAÇÃO

Alinaldo de Almeida Brasil

Marcílio dos Santos

Jarbas de Souza Marinho

Paulo Marcos de Carvalho

JORNAL SINDÁGUA

Redação: Rua Congonhas, 518 -

Stº Antônio - fone 342 1411

Jornalista Responsável: José Ge-

raldo Ribeiro Reg. DRT 2729

Editoração Gráfica: Grifo

Impressão: SA Estado de Minas,

rua Goiás, 36 - BH

Tiragem: 8 mil exemplares

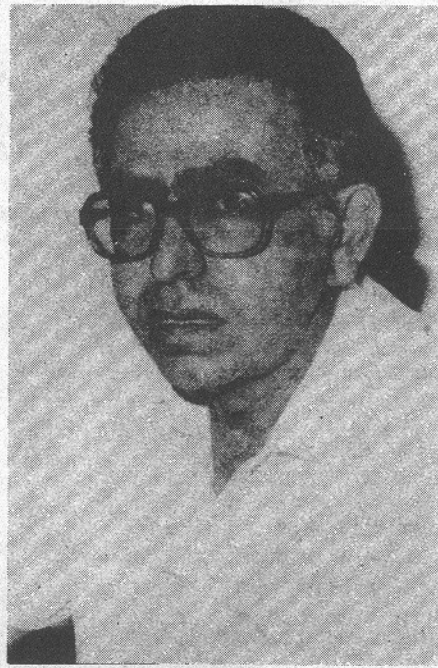
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Um sindicato mais participante

Desde que encaminhamos, ainda durante a campanha eleitoral, uma proposta de trabalho para ser implementada no Sindicato para a categoria tínhamos como objetivo a sua transformação em uma entidade moderna, resgatando o seu nível de participação junto às demais organizações de trabalhadores dentro do nosso Estado e mesmo no País, como estamos fazendo agora com a unificação de lutas através do "Comando Nacional dos Trabalhadores em Saneamento". A proposta principal era a "departamentalização da entidade", criando setores para tratar de assuntos específicos, de forma que todos os diretores e funcionários da entidade que trabalhassem ali se tornassem especialistas em cada tema de interesse da categoria.

A eleição para o Sindicato aconteceu exatamente em cima da campanha salarial da categoria e todo o empenho nas negociações impediram que implantássemos imediatamente nosso projeto. Só agora, superados os problemas de adequação da própria diretoria, podemos efetivamente começar a nova estrutura do SINDÁGUA através dos departamentos especializados (veja matéria sobre o assunto na página 4).

Ao lado de procurar a melhor estrutura para o Sindicato, entendemos ainda que o Sindicato, como legítimo re-



Fernando Ferreira

presentante dos trabalhadores, deve procurar influir na política administrativa da empresa, buscando sempre o interesse coletivo da categoria. Para que esta influência seja exercida com transparência, todos os passos de negociações e medidas tomadas pela diretoria do Sindicato devem ser comunicados imediatamente aos trabalhadores. Mostra-se completa-

mente desnecessário a convocação de assembleias para tratamento de assuntos em que a própria representação da entidade seja suficiente e autorizada para resolvê-los, resguardando-se, contudo, a presença de toda a categoria para deliberar sobre decisões relevantes e possam trazer interpretações e interesses variáveis.

Queremos garantir a todos os companheiros que estaremos atentos a todo o desenvolvimento das relações de trabalho e sociais da empresa, procurando sempre exercer o mandato que nos foi delegado nas eleições com espírito de inteiro respeito à vontade de cada companheiro. Para que haja a total unidade dos trabalhadores e a inteira confiança de que a diretoria do Sindicato encaminha os interesses da categoria pela direção mais segura e vitoriosa, é de extrema importância que todos os companheiros entendam a real importância na participação de todos dentro da entidade. Cada companheiro deve dar suas sugestões, fazer sua crítica, apontar erros e acertos, garantir que o Sindicato a força ideal na defesa de todos os nossos interesses coletivos.

Fernando Antônio Ferreira

* Presidente do SINDÁGUA-MG

Sindágua investe na comunicação

O "Jornal SINDÁGUA" volta a circular com regularidade mensal, a partir deste mês. Entre os dias 5 a 12 de cada mês todos os trabalhadores voltam a ter nas mãos o informativo do Sindicato que tratará de forma mais minuciosa os problemas da categoria, além de abordar vários assuntos, conforme objetivos que traçamos abaixo.

Uma das preocupações estruturais básicas, senão a mais importante, proposta pela nova diretoria do Sindicato estava na melhor aparelhagem da entidade no seu setor de comunicação. Nos seus primeiros dez anos de vida o Sindicato vem contando com o trabalho de apenas um jornalista, que acaba desempenhando o papel de uma assessoria completa, preocupando-se com várias etapas na produção de jornais, boletins, cartazes e campanhas que normalmente deveriam ser produzidas por profissionais específicos. Em uma assessoria de comunicação de um sindicato moderno são necessários vários profissionais, tais como jornalistas, diagramadores, ilustradores, arte-finalistas e impressores. Nos seus primeiros dez anos, o Sindicato contou em sua estrutura apenas com um jornalista e, muito recentemente, com um impressor.

Extremamente novo, o SINDÁGUA vem mudando gradativamente sua estrutura, ampliando sua condição de um melhor atendimento às lutas dos trabalhadores. Sempre lembramos que a mensalidade dos associados ao Sindicato foi e continua sendo a menor de todo o país. Até recentemente, a mensalidade dos associados da entidade era de apenas

1% do Salário Mínimo e era necessário fazer verdadeira ginástica para cobrir os custos com pagamentos de funcionários, compra de material de escritório, papel para boletins e outros gastos. O Sindicato não tinha sequer uma impressora para rodar seus boletins. Regularmente contávamos com a colaboração do Sindicato dos Trabalhadores em Telefonia, o Sinttel-MG, para rodar nossos boletins. A arrecadação foi sempre um problema para o Sindicato, principalmente em épocas de mobilização, quando quase não suportávamos os gastos na compra de papel para imprimir boletins. Há cerca de dois anos, a mensalidade da categoria passou para 0,5% do salário nominal, ao passo que as demais entidades têm índices de 1% e até 2% ao mês, sem falar em outras formas de arrecadação como constantes "descontos assistenciais" e, a última delas, o "desconto confederativo", embasado na Constituição Federal, que é feito sobre os salários de todos os trabalhadores (sindicalizados ou não) todos os meses.

Desde a campanha para as eleições no Sindicato, alertávamos que o setor de comunicação do Sindicato não deveria se preocupar apenas em soltar boletins convocando os trabalhadores para assembleias ou dando os resultados de negociações. Mais além, entendemos que pode-se fazer um trabalho maior de acesso à informação por parte dos trabalhadores, de forma que possamos tratar de todos os problemas sociais que nossas famílias enfrentam e que têm em sua raiz a baixa remuneração no trabalho, o precário atendimento na área de

saúde, a quase completa falta de oportunidade de investimento na formação cultural, inexistência de abordagens sobre o lazer dos trabalhadores que possibilite um convívio familiar saudável e várias outras questões que só não passam pelas nossas cabeças simplesmente por que só estamos sendo "treinados" para o trabalho.

A partir de agora implantamos no SINDÁGUA uma estrutura de comunicação mais próxima das emergentes necessidades dos trabalhadores. Voltamos a circular o boletim "REGISTRO" semanalmente, em poder dos trabalhadores toda terça-feira e teremos ainda todo início de mês o "Jornal SINDÁGUA": O boletim servirá às informações rápidas, com notícias curtas sobre temas específicos da categoria ou tratando ainda de assuntos de interesse geral dos trabalhadores, tais como mudanças na lei salarial propostas pelo governo ou Congresso Nacional, questões previdenciárias, informações sobre debates sindicais internos e externos, enfim, tudo que diz respeito ao desenvolvimento de assuntos trabalhistas em nosso país. Já o "Jornal SINDÁGUA" terá uma maior abrangência, tratando de temas que repercutem globalmente em nossa vida social. No jornal, caberá perfeitamente uma reportagem mostrando que os trabalhadores mal remunerados vivem em condições mais precárias, muitas vezes não tendo nem condições de conviver em condições sanitárias adequadas para evitar doenças e moléstias de toda espécie. Ainda no jornal caberão perfeitamente matérias so-

bre orientações aos trabalhadores sobre como fugir da exploração de locadores de imóveis para aluguéis, ou denúncias de toda espécie de exploração, desde as políticas até as econômicas. O objetivo do jornal será, além de informar, formar uma mentalidade social e solidária de todos os companheiros, facilitando a compreensão do desmazelo social brasileiro, para que consigamos sempre a união necessárias em nossas lutas por objetivos coletivos e justos.

Ainda na ampliação dos trabalhos do departamento de comunicação da entidade todos os diretores e delegados sindicais passarão a receber quinzenalmente uma publicação exclusiva (HORA EXTRA) que abordará tudo que tenha acontecido de relevância na vida econômica e sindical do país nos dias anteriores. Este trabalho, que circulará quinzenalmente (dias 15 e 30 de cada mês), poderá ser repassado para os demais companheiros da base por quem irá recebê-lo. Suas informações mais importantes serão repassadas a toda a categoria através do boletim "REGISTRO" ou do "Jornal SINDÁGUA". Para dar conta de todo este trabalho, o Sindicato está instalando em suas dependências toda a estrutura através de prestação de serviços de profissionais especializados na comunicação sindical. Através de todos este trabalho, a comunicação do Sindicato passa a ser informatizada, tornando-a muito mais ágil e dando a cada companheiro a certeza de estar chegando sempre à frente nas armas para sua defesa pessoal.

Hélio deixa o Estado no molho

O governo Hélio Garcia dá a impressão de que ainda não foi empossado, tal a sua distância dos projetos afirmados como prioridade em sua campanha eleitoral. Quem voltou "para ser melhor" não parece estar incomodado em que seu governo seja compartilhado por um grande número de homens influentes no governo passado, do senhor Newton Cardoso, que deixou um tremendo rombo no Estado. A situação continua caótica e em vários pontos, mas o desastre maior parece estar acontecendo mesmo na postura do governador quanto a questão das empresas estatais

VISTA GROSSA

O governador provocou nos primeiros meses de seu mandato um amontoado de comentários venenosos por parte de pessoas ligadas a políticos que pretendem criticá-lo sem aparecer. Ainda nos primeiros meses, correu solta a boataria de que o governo estava doente e de que faria uma viagem prolongada para tratamento, ou mesmo de que Hélio Garcia não conseguia descer do Palácio das Mangabeiras, não despachava com qualquer secretário e de que mantinha-se alheio às preocupações do Estado. Tudo fazia crer que o próprio governador não se importava com o falatório e, efetivamente, só voltou a aparecer quando se acelerou a crise intestina no Governo Collor, passando, então, a fazer o papel de articulador do interesse de Minas e de acertar de contas para prestar qualquer tipo de apoio para as propostas do presidente da República para seu projeto de mudar a Constituição com vários "emen-

dões". Hélio Garcia pode não apenas ter comido uma leitoa com o presidente em sua fazenda, como anunciaram os jornais. Apesar do governador deixar algumas farpas nas entrevistas, deixando claro que não apoiaria um "emendão" que reduzia o repasse de arrecadação tributária para os estados e municípios, a postura do governador vem deixando muito a desejar na defesa de patrimônios mineiros, como é o caso da privatização da Usiminas.

Durante o seu primeiro governo, Hélio Garcia já foi muito denunciado como o responsável de um verdadeiro prejuízo ao Estado quando perdeu o poder acionário sobre a Fiat Automóveis, empresa que se instalou em Minas francamente subsidiada e que passava a receber de presente sua total integralização de capital. Este fato foi inclusive peça de campanha dos adversários de Garcia durante o último processo eleitoral. Agora Hélio Garcia comete o mesmo silêncio em relação à Usiminas. O governador não se manifesta contrário à evidente falcatrua para a compra do empreendimento mais valioso e lucrativo instalado em nosso Estado. Apesar do País inteiro se mobilizar contra a venda a preço de banana, com reportagens denunciando manobras do governo Collor em todos os grandes veículos de comunicação, em Minas o que se viu foi a Polícia Militar descendo o pau nos manifestantes que se concentraram diante da Bolsa de Valores contra a privatização da estatal.

O governador tem adotado tam-



Hélio Garcia acompanha a recuperação de adutora no seu primeiro governo.

bém uma política inexplicável diante das demais estatais mineiras. Passados mais de seis meses de sua administração, as empresas estatais do porte da Cemig, Copasa, DER e outras continuam sem diretorias. O governador indicou seus presidentes, mas deixa-os amarrados sem nomes que respondam por área específicas da sua administração. Pior, grupos políticos ligados ao governador anterior e que trabalharam contra Garcia na campanha eleitoral continuam em cargos vitais dentro destas empresas, fazendo toda sorte de articulações e pressionando para se sustentarem no poder. Com isto, as empresas públicas vêm se transformando num caos de convivência de cumprimento de diretrizes administrativas em sua hierarquia vertical, com grande número de pretendentes a nomeações em cargos de direção, administração e superintendência totalmente em compasso de espera, imobilizados pelos riscos que teriam de continuidade por um ato que pode chegar a qualquer momento (mas que não chega!).

Para a comunidade, o desastre não poderia ser maior. Dentro da Copasa, o presidente Ruy Lage fez, em uma de suas primeiras declarações, que pretendia desenvolver um trabalho que garantisse estabilidade administrativa na empresa,

que cortaria os gastos com empreiteiras que desempenhavam atividade permanentemente, priorizando o desenvolvimento interno. As empreiteiras, segundo o presidente da empresa, prestariam apenas serviços temporários e que não justificassem o desenvolvimento de uma sessão com profissionais e aparelhagem específicos. Tudo no entanto, está sendo impossibilitado pelo estilo em que o Estado está sendo governado, com gatos de todas as cores dentro do mesmo balaio de confusão e interesses políticos.

A perdurar tal situação, empresas como a Copasa e a Cemig correm sérios riscos de perderem a qualificação em seus serviços, prejuízo de grande responsabilidade por se tratarem de serviços essenciais para a comunidade. A Copasa, que enfrentou grande pressão em alguns municípios que pretendiam tomar a concessão dos serviços de água e esgotos durante o governo Newton Cardoso, pode ter aprofundada sua crise, haja vista o crescimento da preocupação preventiva aos casos de cólera, que exige condições adequadas de saneamento básico. Ao governador, um convite de quem está acostumado ao trabalho e qualidade reconhecida internacionalmente para garantir aos mineiros a permanência do mesmo padrão em nosso serviço essencial.

Alcoolistas tratados como gente

O Programa de Atendimento Sistêmico ao Alcoolista - Pasa - começa a funcionar efetivamente em instalações próprias, junto ao pátio da Regional, na entrada da SPP. Não foi fácil, contudo, chegar a este ponto: desde 1989, a SCSA vem batalhando para conseguir a implantação do Programa, encontrando resistência de todo tipo. Afinal, nunca houve na Copasa uma iniciativa que visasse a prevenção do alcoolismo. Ao contrário, assim entendiam os dirigentes da empresa, é muito mais fácil, barato e prático esperar o empregado "chegar ao fundo do poço" e dispensá-lo do que desenvolver uma ampla campanha de conscientização sobre o uso abusivo do álcool. Por outro lado, os próprios trabalhadores olhavam com desconfiança o Programa, entendendo-o como algo policialesco,

punitivo, repressor.

Desde 86, quando a Copasa fez o primeiro convênio para tratamento especializado do alcoolismo, o medo da "internação em Curitiba" se tornou o grande fantasma (e a grande desculpa para evitar o tratamento) a assustar os alcoolistas da empresa. Quando não era essa a desculpa, jogava-se com o preço do tratamento: "muito caro..."

Este ano o SINDÁGUA tomou conhecimento do Programa, foi até o presidente da empresa e colocou as cartas na mesa: o índice de alcoolismo na Copasa é altíssimo, há cumplicidade das chefias com os dependentes do álcool, as condições de trabalho insalubres, uma série de fatores, enfim, que serviam de mote para que só se procurasse o Pasa quando o

comprometimento do funcionário era total e só lhe restava a internação como alternativa de tratamento. Ora, se houvesse prevenção, se houvesse conscientização, se acabasse a cumplicidade, ninguém precisaria ser internado para tratamento. Que o digam aqueles que se trataram ou se preveniram e hoje estão afilados de vida e disposição de trabalho.

O que o Pasa enfatiza é que o alcoolismo é doença, e, como tal, deve ser tratado. O problema é que a mesma sociedade que estimula o uso do álcool (que, sendo abusivo, leva à dependência alcoólica) é a mesma que reprime Tira quando este está se tornando "incômodo". Ocorre que ele jamais chegaria a esse estágio se houvesse prevenção. Essa é a grande verdade: é melhor prevenir

que remediar. Principalmente no caso do alcoolismo, que não tem cura: é doença crônica, progressiva e fatal. Não é à toa que as grandes empresas têm programas de prevenção do alcoolismo, todos com ótimos resultados. O dinheiro que se gasta com prevenção é mínimo, se comparado com o que se gasta com tratamento, faltas ao serviço, indenizações, treinamento de novos funcionários, etc.

Para nós, do SINDÁGUA, é motivo de orgulho ter se engajado nessa luta para implantação do Pasa, pois, como se não bastasse a nossa certeza de estarmos investindo nos trabalhadores - um ser humano, antes de tudo - ainda continuamos firmes na nossa posição de buscar as condições melhores para desenvolvermos nosso trabalho com saúde.

Salários exigem novo reajuste

A categoria mantém grande expectativa quanto às negociações salariais desenvolvidas entre o Sindicato e a empresa. Após garantirmos a não redução dos salários em acordo realizado com a empresa para impacto na folha de pagamento de setembro, a entidade busca junto direção da Copasa a incorporação dos abonos definida pela Lei 8.238.

Antes da votação no Congresso Nacional que aprovou a incorporação dos abonos nos salários, o Sindicato já havia celebrado acordo com a Copasa que garantia aos trabalhadores a não redução salarial, como vínhamos sendo ameaçados com o desaparecimento dos abonos. Além de garantir os valores que vinham compensando o arrocho provocado nos salários pela inflação, os trabalhadores tiveram com o acordo a incorporação de um valor fixo de Cr\$ 10 mil, somando-se ainda ao percentual de 7,96% de reposição salarial garantido por acordo salarial anterior. Com isto, como demonstramos através do boletim **Registro**, principalmente os trabalhadores de menores salários tiveram grande benefício nestas negociações. Um salário de nível 1 em agosto passou de Cr\$ 53.921,26 em agosto, para Cr\$ 89.978,13 em setembro, representando um reajuste de 66%. Nas faixas posteriores de salários o percentual dos reajustes foi menor, em razão de ter sido incorporado nos salários um valor máximo de Cr\$ 35.700,00, enquanto o valor mínimo incorporado foi de Cr\$ 20.160,00.

Agora, o SINDÁGUA busca também para a categoria a incorporação dos abonos definida pela lei. O reajuste mostra-se obrigatório para a empresa, face aos

acordos salariais celebrados com a entidade, onde fica definido que as antecipações serão descontadas na data-base durante as negociações do acordo coletivo.

Para este mês, já temos garantidos mais 8,49% de reajuste nos salários, percentual que equivale a 70% do INPC de julho, conforme previa o acordo coletivo. Esperamos resolver ainda nesta semana o valor definitivo do reajuste salarial deste mês, lembrando ainda que a lei mandou incorporar os abonos nos salários de setembro, estando caracterizado que seu atendimento dentro da Copasa deve ser retroativo.

No Mínimo todos passam fome

Os trabalhadores de todo o País enfrentam, seguramente, a pior fase na luta pelas garantias trabalhistas e defesa do valor real dos salários. A última tentativa de realização da "greve geral" deixou clara a completa desmobilização dos sindicatos e uma gigantesca distância com a base de suas respectivas categorias. Além da desmobilização sindical, o quadro de penúria do operariado torna-se ainda mais desesperador pela total falta de perspectiva a nível de Congresso Nacional, hoje completamente amordado pelo governo federal e já se preocupando em plantar as regras para as eleições do próximo ano, além de discutir se o Brasil deve ser parlamentarista, presidencialista, monarquista e se deve ser implementada entre nós a pena de morte.

Imagina-se como qualquer criatura possa viver em nosso país recebendo no



final do mês o salário-mínimo (SM) de Cr\$ 42 mil. Quem consome um litro de leite por dia gasta exatos 15% do salário-mínimo que milhões de brasileiros têm para todos os gastos familiares.

O salário-mínimo é apenas o exemplo mais escandaloso do desequilíbrio social em nosso país. Mesmo os trabalhadores que conquistaram salários pouco melhores em razão de qualquer especialização profissional ou formação acadêmica (universidade) vêm definindo rapidamente seu padrão de vida. O achatamento salarial vem provocando prejuízos que fazem a classe média cair espetacularmente para níveis ocupados por profissionais sem uma formação específica durante o período do "milagre econômico" (1969-71) ou nos últimos anos da década dos anos 70.

Em várias categorias profissionais

as negociações coletivas estão sendo dificultadas pelos patrões. Os empresários estão confiantes na vista grossa da justiça para o arrocho salarial imposto aos salários. As últimas greves tentadas por alguns sindicatos estão sendo consideradas "abusivas" e os trabalhadores estão sempre correndo os riscos nas mãos das armas que a Justiça oferece aos patrões. Apesar dos riscos, algumas categorias apostam na unidade dos trabalhadores e levam adianta movimentos com força e sem medo. Esta parece a única condição para que os trabalhadores possam enfrentar o arrocho salarial, mobilização organizada e radical. Sem a unidade e luta dos trabalhadores os salários ficam nas mãos da boa vontade do governo e dos deputados e senadores, que têm outros afazeres do que se preocupar com a miséria instalada no país.

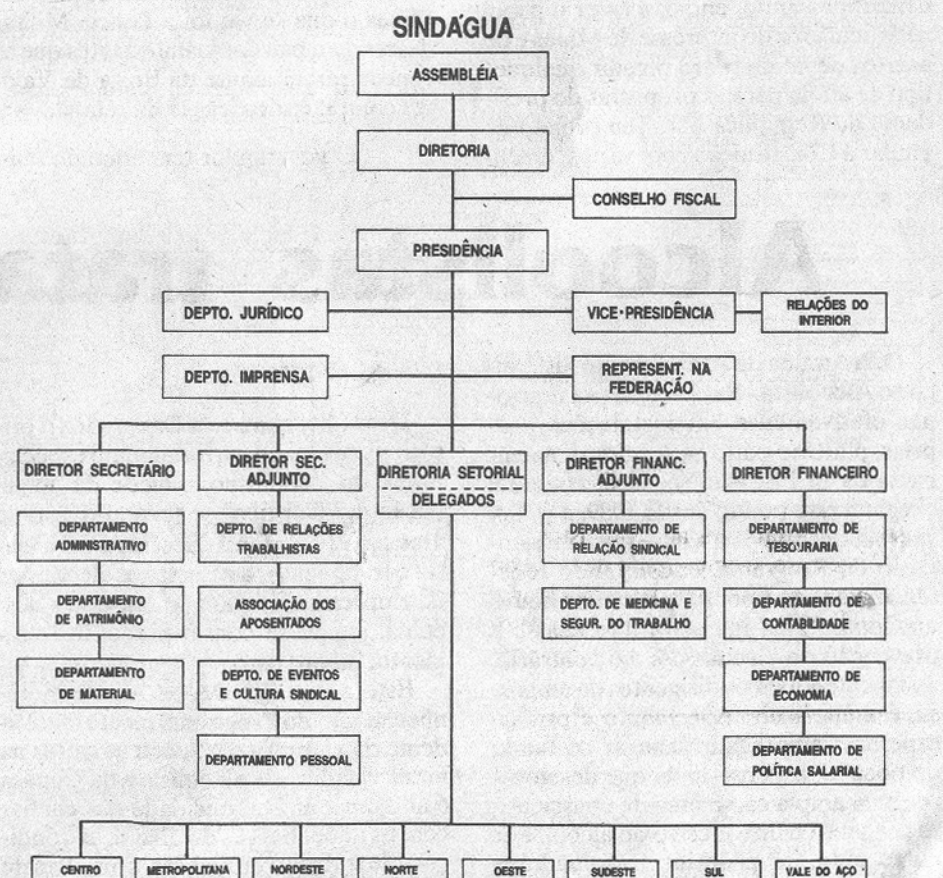
Reestruturação do Sindicato

Passados o acordo salarial e toda a fase de balanço da administração anterior, a nova diretoria do Sindicato, eleita pela categoria em março e empossada em 1º de maio, já começa a implantar sua proposta de departamentalização da entidade. Cada grupo de diretores, delegados sindicais e profissionais contratados serão divididos segundo sua especialidade nos vários departamentos que começam a ser criados (veja organograma da estrutura do SINDÁGUA, ao lado).

Os nomes de todos os integrantes de cada departamento serão comunicados para a categoria através dos próximos boletins **REGISTRO** ou do **Jornal SINDÁGUA**. Desta forma, cada companheiro saberá exatamente quem procurar para tratar de assuntos específicos. Todos os diretores e delegados, no entanto, deverão tomar co-

nhhecimento e estar atualizados sobre todos os assuntos que estiverem sendo tratados pela diretoria. Para isto, todos receberão um novo periódico que circulará quinzenalmente, o **HORA EXTRA**.

Gostaríamos de receber de todos os companheiros sugestões para o melhor funcionamento destes departamentos, além de enviar todas as informações necessárias sobre assuntos específicos de cada um deles, cobrando ainda resoluções e respostas. Quaisquer informações para conhecimento da categoria inteira devem ser passadas para o "Departamento de Imprensa". Brevemente, através de trabalho dos diretores e delegados sindicais, circulará entre os trabalhadores formulários para pesquisas, sugestões e para todo tipo de participação de cada companheiro.



O SINDÁGUA apresentou à direção da empresa uma proposta para aprimorar o sistema de saúde da Copasa, documento que reproduzimos a seguir para conhecimento de todos os trabalhadores.

Alertamos sobre a precária assistência da necessidade de internamento hospitalar de empregados e seus dependentes, gerando listas de adesão para levantamento de recursos de forma a complementar as despesas. No documento encaminhado propomos o estabelecimento de novos critérios de ajustes de convênios com médicos, dentistas, laboratórios, clínicas, hospitais, etc, garantindo a assistência aos trabalhadores de todas as especialidades. Ainda na proposta, sugerimos que o Sistema de Saúde seja administrado pela Associação dos Empregados da Copasa - Aeeco, criando-se um Comitê de Saúde, tripartite (empregados, empresa e Associação), com o intuito de administrar, fiscalizar, definir, julgar casos e situações e legitimar o Plano de Assistência à Saúde.

MEDICINA ASSISTENCIAL

No ambulatório da empresa

Uma vez conferido ênfase às atividades de prevenção da saúde, o ambulatório deixará de prestar os serviços nas condições e critérios atualmente vigentes, com exceção do atendimento pediátrico e odontológico.

Através de conveniados

Para viabilizar o Sistema de Saúde ora proposto, deve-se estabelecer uma assistência médica, hospitalar e dentária, de forma regionalizada, resguardando sempre a melhor qualidade no atendimento, além de adequada aos empregados e seus dependentes. Frisamos, também, que o "Pronto Atendimento" deve ser observado, bastando apenas sua identificação para gozar do benefício ou necessidade, ficando por conta da empresa ou associação, o pagamento ao conveniado e posterior acerto com o empregado.

O estabelecimento de novos critérios para avaliação e ajustes financeiros dos convênios, como forma a permitir uma boa qualidade dos serviços em todas as especialidades.

É primordial a prática regular de triagens e reavaliações nos serviços conveniados.

A divulgação sistemática, através de boletins informativos regulares, dos novos credenciados, alterações de cadastros e tabelas de serviço.

Atendimento fora do domicílio

Quando o empregado estiver fora de seu domicílio (em Minas Gerais ou fora) e não houver conveniados, ficará garantido ao mesmo e seus dependentes a assistência, nos termos aqui previstos.

Neste caso, o empregado deverá contactar com a Aeeco para que esta autorize o atendimento, responsabilizando-se diretamente pelo pagamento das despesas, se possível, credenciamento de unidades hospitalares nos principais centros.

Afastamento por doença

Fica garantido o atendimento nos termos ora propostos aos empregados afastados por motivo de doença, até o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com suspensão dos demais benefícios, exceto farmácia (obrigatoriamente com receita)

Trabalhamos para ter saúde



rio) e acerto quando do seu retorno ao trabalho em condições de pagamento especiais a ser definida pelo comitê.

Acidente de trabalho

Ficará garantida a assistência médica/hospitalar gratuita, inclusive de medicamentos (obrigatoriamente com receita médica) e transporte se necessário até sua liberação médica. Ficarão suspensos os demais benefícios com exceção dos vales de farmácia, armazém, além da assistência médica à seus dependentes.

Cálculo assistencial

O valor da prestação não deverá ultrapassar 30% (trinta por cento) do saldo consignável ou 10% (dez por cento) de forma que o ônus não comprometa a estabilidade familiar do empregado. Caso o valor da participação seja maior, o Comitê definirá a forma de parcelamento da sua remuneração.

Mensalmente deverá ser emitido um extrato, por empregado, discriminando os serviços utilizados e a participação correspondentes.

Serviços odontológicos

A participação da Aeeco, nas despesas, será de 65% (sessenta e cinco por cento) a 95% (noventa e cinco por cento) de acordo com 7 (sete) faixas salariais, assim fixadas:

Nível	Percentual
1 a 3	5%
4 a 6	10%
7 a 9	15%
10 a 12	20%
13 a 15	25%
16 a 18	30%
19 a 21	35% (*)

(*) Será descontada a participação do empregado em até 10 (dez) vezes, conforme cálculo assistencial.

Serviços médicos/laboratoriais/complementares

A participação da Aeeco, nas despesas

será de 95% (noventa e cinco por cento) sendo descontada a participação do empregado em até 5 (cinco) vezes, conforme cálculo assistencial.

Serviços hospitalares

A participação da Aeeco, nas despesas será idêntica a do serviço odontológico. Quando do atendimento em enfermagem, a empresa participará com 95% (noventa e cinco por cento), sendo descontada a participação do empregado em até 5 (cinco) vezes, conforme cálculo assistencial.

Através de reembolso de despesas

O Comitê, uma vez que reavaliados os critérios, garantirá o mínimo de 80% (oitenta por cento) de reembolso das despesas efetuadas pelos empregados junto a profissionais/entidades não conveniados, nos moldes ou tabela dos serviços conveniados, devendo haver uma triagem rigorosa por ocasião do reembolso. Caso não hajam especialistas credenciados na modalidades, o reembolso será de 100% (cem por cento).

RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO/FONTES DE RECURSO

A responsabilidade pelos pagamentos das despesas e Sistema de Saúde é exclusivamente da Copasa-MG, através da Aeeco que se responsabilizará pela administração da "Assistência à Saúde". O empregado contribuirá mensalmente com 1,5% (um meio por cento) de seu salário nominal, valor este destinado à Associação. A Copasa-MG, destinará mensalmente 3,5% (três e meio por cento) do total da folha de pagamentos também à Associação, para formação de um fundo, garantindo outros aportes financeiros se necessário. Os referidos recursos serão administrados por um conselho formado por representantes da Aeeco, do SINDÁGUA e da Copasa-MG. A empresa providenciará imediata revisão dos critérios de sublevação de serviços nos pagamen-

tos de contas de água, compensando tais valores através da prestação de serviços profissionais/entidades da área de saúde conveniados, o que poderá vir a ser uma fonte significativa de recursos. Como se vê, as contribuições previstas para o novo Sistema de Saúde permitirá a formação de vultoso fundo que, se bem administrado, solucionará de vez o angustiante problema vivido atualmente pelos empregados e seus dependentes quando da necessidade de assistência médica, principalmente hospitalar.

CONCLUSÕES

Quanto à concessão de tais benefícios aos ex-empregados aposentados, tão logo venha a ser criada sua associação, poderão ser estabelecidos critérios e controles, para o atendimento dos mesmos no programa.

Outra preocupação está nos grupos de estagiários, cônjuge e filhos maiores (solteiros, estudantes, dependentes financeiros e residentes no endereço do empregado, que sugerimos, caso idêntica a do titular e no caso do estagiário a mensalidade mínima, de um empregados da Copasa-MG.

Integralizando o Plano de Saúde, sugerimos, que a médio prazo, seja montada uma policlínica em convênio com o Sesiminas e outras instituições ligadas à saúde, tais como Secretária de Saúde, LBA e outras.

Para dar sustentação à medicina do trabalho, conforme a "Pauta de Reivindicações", insistimos na criação das "Comissões de Saúde" eleitas para apoiar as atividades da CIPA.

Um problema que aflige o nosso trabalhador, de fácil solução, é a compra de medicamento nos horários noturnos, fins de semana e/ou feriados. Gostaríamos que fosse estudada uma maneira para que hospitais e/ou clínicas emitissem a autorização para compra, conforme receita médica.

Como opção, sugerimos que se mantivessem os convênios com as "cooperativas médicas" na forma que atualmente existe e no final do ano, caso haja saldo positivo, a Aeeco reembolsaria, nos moldes, ao plano (não conveniados).

Finalizando, aproveitando da oportunidade, gostaríamos de registrar, mais uma vez, nossa permanente preocupação com "Fundasemg", sua administração e seus limitados benefícios concedidos, para uma altíssima mensalidade. Importante afirmar que outras fundações têm grandes planos de assistência aos seus associados. Assim, requeremos uma imediata posição da empresa (Copasa-MG), de forma inicialmente a acabar com a intervenção e em seguida nomear uma presidência e diretoria com comprometimento aos trabalhadores e que eleve a confiança e credibilidade da instituição, garantindo uma real cobertura "previdenciária" aos empregados, aposentados e outros pensionistas.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Relatórios sobre todos os gastos do Sindicato

Passado todo o período inicial de levantamento das contas da entidade, começamos agora a publicar regularmente o **Relatório Financeiro do SINDÁGUA**. Nesta edição do jornal, publicamos os relatórios de maio, junho, julho e agosto. Posteriormente, repassaremos os relatórios através do boletim **Registro**.

Com a divulgação sistemática dos relatórios, o Sindicato demonstra sua situação financeira com transparência. Todos os gastos da entidade hoje são praticamente feitos para o patrimônio, com aquisição de máquinas, melhoramento na sede, e maior empenho em custos administrativos, sobretudo no setor jurídico, imprensa e de pessoal.

Deveremos ainda

discriminar para os trabalhadores os tipos de gastos do sindicato, nominando todos os equipamentos, melhorias e pagamentos efetuados.

Faremos ainda uma demonstração da evolução da despesa, contrapondo-a com a arrecadação da entidade. O SINDÁGUA continua ainda com uma das menores mensalidades entre os sindicatos de todo o País.

A mensalidade, calculada em 0,5% do salário, representa praticamente a mesma situação de quando cobrava-se 1% do salário mínimo. A arrecadação limitada do sindicato praticamente impedia que a entidade melhorasse sua estrutura. Ainda agora a entidade resente-se de um maior investimento em áreas

estratégicas, como o desenvolvimento de um departamento de assistência social, outro departamento de estudos sindicais, implementação definitiva da Associação dos Trabalhadores Aposentados no Saneamento, enfim, todos os setores que permitam uma maior discussão e desenvolvimento da categoria.

Brevemente abriremos a discussão sobre todas as formas de arrecadação e melhor aproveitamento dos investimentos dentro da entidade. Pretendemos que toda a categoria participe desta discussão e faremos várias reuniões setoriais, discutindo sempre em assembleias para tomar decisões.



SINDÁGUA RELATÓRIO FINANCEIRO				MÊS/ANO
				Maio/91
1 - ENTRADA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 3.497.682,75	
MENSALIDADE	CONT. SINDICAL	CONT. ASSISTENCIAL	APLIC. FINANCEIRA	
3.118.288,15	-	-	-	
DÉBITOS DIVERSOS	FUNDO DE GREVE	DOAÇÕES	OUTRAS	
363.594,60 (*)	-	-	15.800,00	
(*) Colônia de férias				
2 - SAÍDA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 3.637.692,94	
DESPESAS				
ADMINISTRATIVAS	JURÍDICAS	IMPRESA	APLIC. DE CAPITAL	
PESSOAL	PESSOAL	PESSOAL	MÓVEIS EM GERAL	
1.063.838,81	272.805,66	261.777,84	-	
MATERIAL	MATERIAL	MATERIAL	MAQ. E APARELHOS	
288.368,00	-	84.500,00	-	
SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	INSTALAÇÕES	
-	-	-	-	
DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	OUTRAS	
320.408,31	64.073,20	-	-	
3 - RESULTADO FINANCEIRO (1-2)....			SUPERAVIT	CR\$ -
			DEFICIT	CR\$ 140.010,19
SALDO MÊS ANTERIOR		SALDO DO MÊS	SALDO TOTAL	
Cr\$ 1.402.832,99		Cr\$ 140.010,19 (Negativo)	Cr\$ 1.262.822,80	
4 - DISTRIBUIÇÃO DO SALDO				
CONTA CORRENTE	APLIC. FINANCEIRA	FUNDO FIXO		
Cr\$ 1.194.187,67	-	Cr\$ 68.635,13		
BELO HORIZONTE, 21 DE Junho DE 1991				

SINDÁGUA RELATÓRIO FINANCEIRO				MÊS/ANO
				Junho/91
1 - ENTRADA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 14.419.382,66	
MENSALIDADE	CONT. SINDICAL	CONT. ASSISTENCIAL	APLIC. FINANCEIRA	
3.877.784,64	10.210.929,66	-	45.687,26	
DÉBITOS DIVERSOS	FUNDO DE GREVE	DOAÇÕES	OUTRAS	
274.281,10 (*)	-	-	10.700,00	
(*) Colônia de Férias				
2 - SAÍDA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 5.820.856,62	
DESPESAS				
ADMINISTRATIVAS	JURÍDICAS	IMPRESA	APLIC. DE CAPITAL	
PESSOAL	PESSOAL	PESSOAL	MÓVEIS EM GERAL	
1.320.817,99	967.878,99	218.458,57	100.325,90	
MATERIAL	MATERIAL	MATERIAL	MAQ. E APARELHOS	
63.186,99	-	131.179,20	1.509.596,00	
SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	INSTALAÇÕES	
401.177,65	486.748,55	196.878,95	187.001,90	
DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	OUTRAS	
250.592,18	-	7.016,25	-	
3 - RESULTADO FINANCEIRO (1-2)....			SUPERAVIT	CR\$ 8.598.524,04
			DEFICIT	CR\$ -
SALDO MÊS ANTERIOR		SALDO DO MÊS	SALDO TOTAL	
Cr\$ 1.262.822,80		Cr\$ 8.598.524,04	Cr\$ 9.861.346,84	
4 - DISTRIBUIÇÃO DO SALDO				
CONTA CORRENTE	APLIC. FINANCEIRA	FUNDO FIXO		
Cr\$ 220.614,77	Cr\$ 9.595.687,27	Cr\$ 45.044,80		
BELO HORIZONTE, 17 DE Julho DE 1991				

SINDÁGUA RELATÓRIO FINANCEIRO				MÊS/ANO
				Julho/91
1 - ENTRADA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 5.595.608,25	
MENSALIDADE	CONT. SINDICAL	CONT. ASSISTENCIAL	APLIC. FINANCEIRA	
4.295.073,54	-	-	821.694,71	
DÉBITOS DIVERSOS	FUNDO DE GREVE	DOAÇÕES	OUTRAS	
473.840,00 (*)	-	-	5.000,00	
(*) Colônia de férias				
2 - SAÍDA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 7.043.192,32	
DESPESAS				
ADMINISTRATIVAS	JURÍDICAS	IMPRESA	APLIC. DE CAPITAL	
PESSOAL	PESSOAL	PESSOAL	MÓVEIS EM GERAL	
1.091.661,63	613.645,68	348.484,06	123.706,54	
MATERIAL	MATERIAL	MATERIAL	MAQ. E APARELHOS	
325.862,46	-	285.968,00	570.995,00	
SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	INSTALAÇÕES	
673.225,12	767.916,82	124.231,10	-	
DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	OUTRAS	
1.517.516,21	-	-	-	
3 - RESULTADO FINANCEIRO (1-2)....			SUPERAVIT	CR\$ -
			DEFICIT	CR\$ 1.447.584,07
SALDO MÊS ANTERIOR		SALDO DO MÊS	SALDO TOTAL	
Cr\$ 9.861.346,84		(Cr\$ 1.447.584,07)	Cr\$ 8.413.762,77	
4 - DISTRIBUIÇÃO DO SALDO				
CONTA CORRENTE	APLIC. FINANCEIRA	FUNDO FIXO		
Cr\$ 167.444,31	Cr\$ 8.170.182,86	Cr\$ 76.135,90		
BELO HORIZONTE, 15 DE Agosto DE 1991				

SINDÁGUA RELATÓRIO FINANCEIRO				MÊS/ANO
				Agosto/91
1 - ENTRADA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 13.656.014,24	
MENSALIDADE	CONT. SINDICAL	CONT. ASSISTENCIAL	APLIC. FINANCEIRA	
5.057.686,29	77.084,10	7.006.517,63 (*)	1.095.221,49	
DÉBITOS DIVERSOS	FUNDO DE GREVE	DOAÇÕES	OUTRAS	
300.840,00 (**)	-	-	118.664,73	
(*) Taxa de fortalecimento sindical (**) Colônia de férias				
2 - SAÍDA DE CAIXA			TOTAL	
			CR\$ 6.598.756,33	
DESPESAS				
ADMINISTRATIVAS	JURÍDICAS	IMPRESA	APLIC. DE CAPITAL	
PESSOAL	PESSOAL	PESSOAL	MÓVEIS EM GERAL	
1.711.140,53	830.800,68	382.023,21	90.300,00	
MATERIAL	MATERIAL	MATERIAL	MAQ. E APARELHOS	
535.210,15	168.400,00	51.000,00	47.822,00	
SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	SERV. TERCEIROS	INSTALAÇÕES	
933.349,71	511.484,14	180.250,00	-	
DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	DESP. GERAIS	OUTRAS	
1.158.975,91	-	-	-	
3 - RESULTADO FINANCEIRO (1-2)....			SUPERAVIT	CR\$ 7.057.257,91
			DEFICIT	CR\$ -
SALDO MÊS ANTERIOR		SALDO DO MÊS	SALDO TOTAL	
Cr\$ 8.413.762,77		Cr\$ 7.057.257,91	Cr\$ 15.471.020,68	
4 - DISTRIBUIÇÃO DO SALDO				
CONTA CORRENTE	APLIC. FINANCEIRA	FUNDO FIXO		
Cr\$ 389.813,47	Cr\$ 15.040.170,87	Cr\$ 41.036,34		
BELO HORIZONTE, 11 DE Setembro DE 1991				

Comando trabalha a unidade nacional

O "Comando Nacional dos Trabalhadores no Saneamento" se reuniu no SINDÁGUA entre os dias 12 e 13 de setembro e tirou posições importantes na organização da categoria em todo o país.

Entidades sindicais de vários estados participaram da reunião em Belo Horizonte e voltaram a se encontrar no Rio de Janeiro, no último dia 10 deste mês.

Os sindicalistas reunidos pelo "Comando Nacional" estão definindo a estruturação de um departamento técnico, que fará um diagnóstico do setor de saneamento em todo o país, elaborando propostas para os governos estaduais, para toda a classe política, além de desenvolver amplo debate entre a comunidade.

Como proposta básica do "Comando Nacional", deve ser criado um "Banco de Dados" com informações sobre o setor que abranjam todos os estados brasileiros. Ainda foram traçados pelo "Comando" os seguintes objetivos e posicionamentos:

- participação efetiva dos trabalhadores através do Departamento no Conselho Curador do FGTS e ter informações sobre outras fontes de investimento;
- fazer alianças com entidades da sociedade civil, entidades ambientalistas, ASSEMAE e outras que tenham perfil democrático;
- intervir nos planos estaduais onde se amarra as verbas e diretrizes;
- se posicionar sobre a cólera, com estudos minuciosos sobre focos e medi-



O Comando Nacional reuniu-se no Sindágua no mês passado.

das saneadoras e de esclarecimento público;

- que o setor do saneamento dê resposta ao modelo político elaborado pelo Governo Federal (feito na Secretaria de Assuntos Estratégicos - ex-SNI);
- garantia de presença do "Comando Nacional" nos encontros da ABES e atividades importantes do setor, além de

participação efetiva no Comitê Nacional do Saneamento.

O "Comando Nacional" prepara-se também para marcar sua na conferência internacional sobre ecologia (RIO-92), mostrando preocupações sobre políticas nacionais e alternativas, relação entre saúde, meio ambiente, energia e recursos hídricos. Sobre estes aspectos, o Coman-

do procura desenvolver debates sobre tecnologia e recursos humanos, tarifas e recursos financeiros, privatização, democratização e descentralização do Estado. As decisões demonstram a firme disposição dos trabalhadores do saneamento em intervir diretamente na discussão das políticas do setor, que enfrenta grave crise político-institucional.

MOBILIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Para os trabalhadores, a estrutura a ser montada pelo Comando Nacional será de grande importância para a troca de informações entre companheiros de vários estados dentro da categoria. Todos os acordos salariais desenvolvidos dentro da categoria serão confrontados, buscando-se uma política uniformizadora das conquistas em todo o País. O "Banco de Dados" terá relacionados não apenas as conquistas nas lutas dos trabalhadores, mas acompanhará a evolução tarifária das empresas, controlará os gastos, contratos com empreiteiras e toda sorte de fatores que influem na vida diária das empresas. Com este trabalho, as entidades trocarão informações constantemente, buscando garantir negociações coletivas com mobilização nacional, de forma que seja responsabilizado não apenas os governos estaduais por eventuais crises do setor, mas o próprio Governo Federal por uma política econômica perversa para a manutenção administrativa das empresas públicas.

Encontro das urbanitárias tira plano de lutas em SP

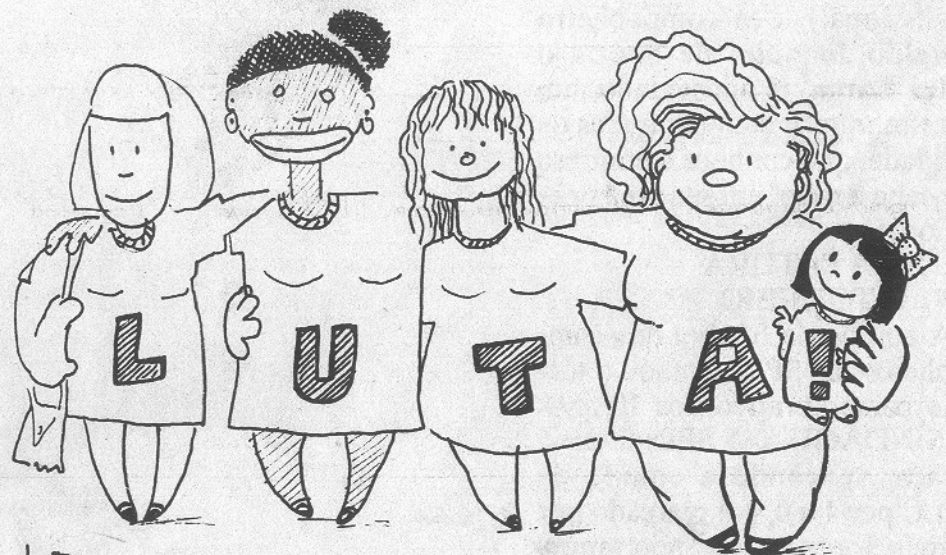
Apresentamos para o conhecimento de todas as companheiras as resoluções tiradas no I Encontro das Mulheres Urbanitárias da Região Sudeste, realizado na Colônia de Férias dos Eletricitários de Campinas - Praia Grande (SP). Participaram no encontro representando Minas Gerais as companheiras Ângela Cruz (SCMT), Maria de Fátima Trezza (DVPD), Nilde Smith (SPMT) e Tereziinha Araújo (DTJA). Abaixo todas as conclusões tiradas no I Encontro:

DIREITOS CONSTITUCIONAIS

- todos os homens são iguais perante a lei. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, não apenas sexualmente e sim em todos os sentidos;
- as crianças já devem ser educadas para a igualdade de direitos e obrigações também;
- as licenças maternidade/paternidade precisam ser vivenciadas e respeitadas, pois quem as paga é a previdência;
- benefícios como creches, educação e assistência social são direitos para a

criança a partir dos seis meses;

- criação do conselho sindical de saúde - a curto prazo - que contaria com o apoio de um médico em segurança e atuaria na prevenção de doenças ligadas à rotina do trabalho;
- incentivo, divulgação, preparação, acompanhamento e treinamento da comissão via sindicato;
- conselho atuando sobre a categoria, orientando-a e esclarecendo-a sobre as questões de saúde;
- cumprimento da lei de seis horas para atendimento ao público e telefonia;
- exames periódicos específicos;
- revisão de aparelhos e máquinas regularmente;
- dispositivos internos que permitam à grávida se adaptar temporariamente ao cargo;
- chamar mesa redonda com a empresa para resolver estas questões, mesmo fora de data-base;
- cipas mandando atas de reuniões para o sindicato;
- manutenção de todos os benefícios



para quem é afastado por acidente de trabalho.

PLANO DE LUTA

- a mulher sofre discriminação em todos os setores, mas isso fica bem evidente em relação à mulher trabalhadora. Portanto, precisamos nos organizar dentro dos sindicatos e lutar para que mais e mais as mulheres se conscientizem.
- participar de todas as atividades gerais convocadas: assembleias, greves, debates, palestras, encontros, cursos, etc.;

- formar a comissão de mulheres nos sindicatos;

- comissão de mulheres urbanitárias nos estados para encaminhamento de reivindicações e lutas unificadas;
- trabalho de base para combater a discriminação em relação à mulher dentro dos sindicatos e valorizar sua participação.

As urbanitárias devem organizar congresso nacional ainda este ano, estando já previsto o próximo encontro da Região Sudeste para setembro de 92.

10 ANOS DO SINDÁGUA

História de lutas e conquistas

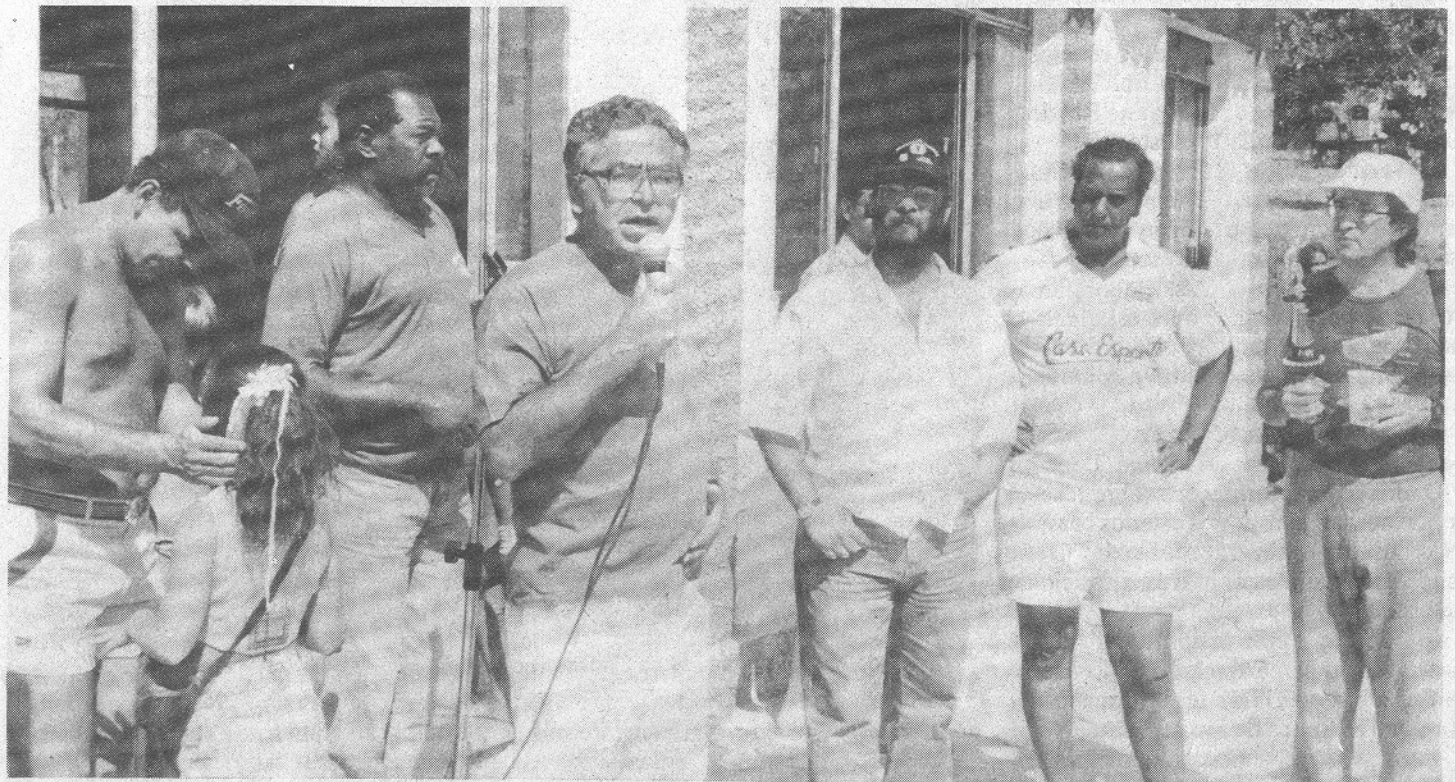
O SINDÁGUA marcou as comemorações dos seus 10 anos de existência com uma grande festa no Clube da Aeco, dia 11 de agosto. Grande número de trabalhadores compareceu com seus familiares, participando da atividade esportiva e confraternizando-se com atuais e ex-diretores do Sindicato presentes.

A realização da festa de confraternização no Clube da Aeco foi lembrada por muitos companheiros como uma conquista dos trabalhadores, para frequência nos fins de semana. Foram muito ressaltados os nomes dos vários companheiros que se entregaram à luta da categoria com toda sua força durante esta década de existência da entidade.

Durante a solenidade, o SINDÁGUA homenageou dois companheiros pela sua visão e importância na participação no desenvolvimento do Sindicato. Receberam placas alusivas à data Ricardo Barreto Marchesotti, que foi o responsável pela criação do sindicato e o seu primeiro presidente (ainda como Associação Profissional), e o companheiro Geraldo Joaquim de Souza, o Calça Larga, já aposentado, um dos símbolos e maiores forças da entidade, que conhece a empresa "de cabo a rabo" em sua área operacional.

SPIN FATURA O TORNEIO

A equipe de futebol dos companheiros da SPIN ganhou o torneio comemorativo dos 10 anos do SINDÁGUA. A SPIN faturou a taça, vencendo a equipe da SCLC por 1 a 0, gol marcado por Márcio Jorge no segundo tempo de jogo. Os companheiros que participaram da partida final ressaltaram a necessidade de uma maior preocupação com o lazer para os trabalhadores dentro da empresa, reivindicando maior investimento, sobretudo, no Clube da Aeco, para onde se deslocam justamente os companheiros de poder aquisitivo reduzido e que não permite o acesso a clubes, estádios, teatros e outros pontos de diversão.



À esquerda, "Calça-larga" tomando posse como diretor do SINDÁGUA e, à direita, Marchesotti demonstra em quadro a repercussão de negociação salarial entre o Sindicato e a empresa.

